

# A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Raquel de Brito Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tece sobre o histórico da organização sindical de assistentes sociais e sua relação com a ruptura profissional com o conservadorismo. Para alcançar essa finalidade realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo com sindicatos de assistentes sociais, seguindo todos os preceitos éticos. Assim, aborda-se sobre o contexto social brasileiro e endógenos do Serviço Social no período de surgimento dos sindicatos. Bem como, a articulação da contestação do serviço social tradicional e da construção de um Projeto Ético-Político do Serviço Social com a organização sindical de assistentes sociais e suas posições classistas.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Serviço Social. Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro.

## LA TRAYECTORIA HISTÓRICA DE LOS SINDICATOS DE TRABAJADORES SOCIALES EN EL BRASIL

**Resumém:** Este artículo analiza la historia de la organización sindical de trabajadores sociales y su relación con la ruptura profesional con el conservadurismo. Para lograr este propósito se realizó una investigación bibliográfica y documental, así como una investigación de campo con los sindicatos de trabajadores sociales, siguiendo todos los preceptos éticos. Así, se aborda sobre el contexto social bra-

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: [raquelb.ufmt@gmail.com](mailto:raquelb.ufmt@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0903908330597475>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8926-6304>

sileño y endógeno del Trabajo Social en el período de emergencia de los sindicatos. Así como la articulación de la contestación del trabajo social tradicional y de la construcción de un Proyecto Ético-Político del Trabajo Social con la organización sindical de los trabajadores sociales y sus posiciones de clase.

**Palabras clave:** Sindicalismo; Trabajo Social; Movimiento de Renovación del Trabajo Social Brasileño.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo traçar um regaste histórico da organização sindical dos assistentes sociais, abordando a sua importância para a ruptura com o conservadorismo profissional e a construção de um Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) alinhado aos interesses da classe trabalhadora.

O estudo é um recorte de uma pesquisa mais aprofundada<sup>2</sup> onde foram investigados os sindicatos de serviço social que se mantiveram abertos na década de 1990, além dos que reabriram ou foram fundados entre os anos 2000 e 2015<sup>3</sup>.

Para alcançar as finalidades, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, pois se entende que não existe dicotomia entre essas perspectivas. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema com a finalidade de conhecer e de se apropriar do objeto de estudo. Na pesquisa de campo participaram

---

2 Pesquisa parte da dissertação de minha autoria, entregue ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para conclusão do curso de mestrado acadêmico. O projeto vinculado a esta pesquisa passou por aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, submetido para avaliação na Plataforma Brasil, e foi requisitada a todos os participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3 O recorte temporal é justificado pela criação da Fenass, no ano 2000.

cinco sindicatos, desses neste trabalho destacamos a participação do nomeado “SINDICATO 1” (sua localização como “ESTADO 1”, “MUNICÍPIO 1” e os membros da diretoria como PRESIDENTE 1, DIRETORIA 1), pois corresponde a um dos sindicatos que nunca encerraram suas atividades e os levantamentos das informações colaboram no resgate histórico.

Inicialmente vamos abordar o contexto de desenvolvimento da profissão na qual se insere a sua organização sindical, o Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro, e o contexto histórico de lutas contra a ditadura militar e rearticulação sindical, o chamado: Novo Sindicalismo. Em seguida, vamos traçar o histórico dos sindicatos de Serviço Social brasileiro, abordando a organização dos assistentes sociais no âmbito sindical e o projeto profissional. Trata-se de um período de ascensão das lutas sindicais, que reflete na sua organização política e identidade com a classe trabalhadora, sua aproximação com o marxismo e, principalmente, a ruptura da profissão com o conservadorismo.

## **1 Contexto endógeno e social da organização sindical de assistentes sociais no Brasil**

A articulação sindical no Serviço Social avança em um contexto de desenvolvimento da profissão ao questionar suas bases teórica e o exercício profissional, bem como em um momento de eferescência social e rearticulação sindical no Brasil. Sobre o primeiro aspecto é preciso abordar as mudanças no serviço social brasileiro que levam a erosão do serviço social tradicional, que se inicia e na década de 1960, precipitado pelo processo de modernização durante

a ditadura militar (Netto, 1991), três elementos apontam esse processo de erosão:

primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “ relegado a um segundo plano” ; em consequência, levanta-se a necessidade “de [ . . . ] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [ . . . ] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade”; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (NETTO, 1991, p.139).

O amadurecimento desse processo faz com que o serviço social brasileiro, acompanhando as mudanças do serviço social latino-americano, o chamado Movimento de Reconceituação<sup>4</sup>. No âmbito nacional, tal processo é conhecido como Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro, e segundo Netto (1991) expressa-se em três vertentes, duas não rompiam com o conservadorismo da profissão, são elas: perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo. A terceira: intenção de ruptura, traz consigo a perspectiva de rompimento com o serviço social tradicional e seus pressupostos teóricos, metodológicos e políticos, o que levou a uma maturação profissional, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – conhecido como Congresso da Virada, em 1979 – responsável pela desvinculação do viés conserva-

---

<sup>4</sup> Sobre o desenvolvimento da profissão no Brasil, na pesquisa que será fruto deste objeto utilizaremos José Paulo Netto: “Ditadura e Serviço social no Brasil: uma análise do Serviço social no Brasil pós-64” (1996) e “Capitalismo monopolista e Serviço social.” (2011). E Marilda Vilella Iamamoto: “Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico” (2013) e Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social (2012), dentre outras referências.

dor e do PEPSS<sup>5</sup>, além de materializado em algumas normatizações da profissão, quais sejam: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Em relação a articulação sindical, no regime militar se intensificam as repressões aos sindicatos, principalmente os que mantiveram uma perspectiva de resistência e independência do Estado. No final da década de 1970, entra em crise o modelo econômico da ditadura, com aumento da inflação e fim do “milagre” econômico – inicia a transição lenta, gradual e segura para um regime democrático –, trazendo fortes impactos para classe trabalhadora, no qual destaca-se o arrocho salarial, a continuidade dos aparatos de repressão ou segurança (por exemplo, a ilegalidade das greves) e, na década de 1980, o congelamento do preço dos alimentos quando estavam em seu mais alto preço. Além disso, ressalta-se o intenso processo de resistência à ditadura militar e luta pela democracia, que organizava diversos segmentos da população em movimentos sociais, partidos políticos (mesmo que na ilegalidade), ou seja, existe um processo de efervescência social (MATOS, 2009; ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

---

<sup>5</sup> Projeto Ético-Político Profissional tem os seguintes valores centrais: liberdade, autonomia, democracia, justiça social e cidadania. Vincula a profissão a um projeto societário a favor da classe trabalhadora e contra qualquer tipo de exploração/dominação de classe, gênero, orientação sexual e etnia, a favor da democracia, do pluralismo político e dos direitos humanos e o repúdio ao arbítrio, qualquer tipo de preconceito e discriminação. Para ver mais: Marilda Vilella Yamamoto (2012) Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social (2012); e Netto (2001) A construção do Projeto Ético Político do Serviço social. In: MOTA, A.E.; BRAVO, M.I.S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Serviço social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília: 2001. Disponível em < [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf)>. Acesso em 28 de ago de 2012.

Em 1977 iniciam as primeiras mobilizações operárias no ABC paulista, que se intensificam em 1978, significando a expressão da organização da classe trabalhadora e um novo ciclo de resistência sindical: o novo sindicalismo. A continuidade desse processo leva a realização da primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em 1981; da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e do Partido dos Trabalhadores, em 1980; que “fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – ‘Diretas Já!’ – e repercutiram na participação popular no processo da Constituinte em 1988 ” (MATOS, 2009, p. 118).

Esse novo sindicalismo tinha como pautas a independência ao Estado, o fim dos sindicatos únicos e do imposto sindical, colocavam-se em uma perspectiva classista, contra os ajustes neoliberais e na defesa da ampliação dos direitos trabalhistas e dos salários. Até 1989 – a greve geral, que durou 48 horas e parou 35 milhões de trabalhadores – tem-se um processo de grande efervescência dessa mobilização operária. Porém, mesmo diante dessa organização, não conseguem no processo da Constituinte de 1988 garantir todas as suas principais pautas, foram alcançadas o fim do “estatuto padrão” ou do controle do Ministério Público sobre os sindicatos e a proibição da sindicalização do serviço público. E mantem-se intactos a unicidade sindical, o imposto sindical e a regulação formal dos sindicatos perante a Justiça do Trabalho. (MATOS, 2009).

Na década de 1990 tem-se a queda da mobilização e luta sindical, bem como do poder de pressão do novo sindicalismo. Entre os fatores têm o aspecto da abertura democrática evidenciar a luta pela via institucional ou governamental, não apenas no sindicalismo

como nos diversos movimentos sociais, bem como as mudanças ideológicas da CUT, que vai aderindo em seus programas os ideários da socialdemocracia europeia (quando essa já deixa evidente seus limites históricos). Aliados aos impactos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais para o mundo do trabalho brasileiro, que é atingindo de forma mais abrupta que os demais países, devido a superexploração do trabalho ser uma de suas particularidades (ANTUNES, 2005; SANTOS, 2010). Com o aumento alargador do desemprego, privatizações, retirada de direitos trabalhistas, aumento do trabalho informal e da flexibilização nos contratos de trabalho. Porém, esses aspectos não são suficientes para explicar o recuo do movimento sindicalista, Mattos (2014) nos apresenta outros dois elementos que elucidam esse fato.

O primeiro trata-se da continuidade de uma “estrutura sindical corporativista”, que tem o Estado como regulador (tendo como expressão a contribuição sindical compulsória, conhecida como imposto sindical), autorizando o funcionamento e arrecadação dos sindicatos. Tal aspecto se aprofunda no Governo Lula com a incorporação das centrais sindicais legalmente à estrutura sindical nacional.

O segundo aspecto são as novas formas de apassivamento dos trabalhadores, através de “incorporação de lideranças sindicais [...] Entre eles destaca-se a formação de mecanismos de gestão tripartite tanto de conflitos entre capital e trabalho quanto de fundos públicos” (MATTOS, 2014, p.89). Com isso os dirigentes sindicais, principalmente da CUT mostravam-se cada vez mais na lógica não de avanços, mas de defesa do mínimo, isso quando não estão em defesa dos seus interesses ao lado do Estado ou das empresas. Esse processo é intensificado com a ascensão dos Governos do PT, não

apenas pela proximidade partidária entre as lideranças sindicais e o atual Governo, mas também devido aos mecanismos mais eficientes que o Estado e o Capital criaram para incorporar as lideranças sindicais, como a participação e gerenciamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Dessa forma, é no contexto da luta contra a ditadura militar, e a “a organização do conjunto dos trabalhadores no âmbito do sindicalismo classista” (ABRAMIDES, 2006, p.231), que temos a ascensão dos sindicatos de assistentes sociais em 1978 e, principalmente, a ruptura da profissão com o conservadorismo.

## **2 Breve histórico dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil**

Há uma trajetória do Serviço Social brasileiro quanto sua organização em entidades representativas. Já em 1946, é fundada a Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (ABESS), – posteriormente chamada de Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e em seguida, com o advento e consolidação da pós-graduação, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – uma vez que a profissão havia surgido no Brasil, recentemente, a referida Entidade tem o objetivo de discutir a formação desses profissionais. Na década de 1950, com a decisão governamental de fundação de conselhos fiscais para profissões liberais, é fundada em 1957 o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), que posteriormente passaria a denominar-se Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRASS). Essas entidades, instituídas em um contexto conservador da profissão, mantêm o posicionamento até que se

inicie uma disputa no âmbito profissional por um novo projeto profissional do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1991; RAMOS, 2005).

Segundo Ramos (2005), a organização política do serviço social é composta por três dimensões básicas: a do exercício, a formativa e a estudantil. Havendo entidades representativas em cada âmbito, com uma relação de articulação política entre as esferas para que as lutas e campanhas presentes em cada uma sejam defendidas pelo conjunto representativo da categoria.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) também se articula no contexto de ruptura com o conservadorismo, em 1978 é realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), a partir desse encontro, é fortalecida a articulação dos debates e das lutas profissionais com os estudantes de Serviço Social. A partir de 1981, inicia-se a discussão da criação de uma entidade nacional de estudantes do serviço social, porém apenas em 1988, ano do X ENESS é fundada e eleita a primeira gestão da Subsecretaria dos Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que “no Brasil, tem se posicionado e lutado, ao lado de outros sujeitos, pela defesa de um projeto de universidade e de formação profissional comprometidos com as demandas democráticas e populares” (RAMOS, 2005, p. 25).

Em relação a ABESS, a inserção na dinâmica universitária na década de 1950, em especial as pesquisas, o desenvolvimento da pós-graduação e a dinâmica de contestação a ditadura militar de parte do corpo universitário; a aproximação as ciências sociais; a busca por consolidação enquanto produtora de conhecimento e, principalmente, a aproximação com o marxismo.

Apesar dos limites com a aproximação marxista, que traz o traço do ecletismo teórico, traz ao Serviço Social a elucidação sobre as classes sociais e seus distintos interesses, ocasionando um papel de destaque da academia e, por conseguinte, de sua entidade representativa. Segundo Netto (1991), nenhuma vertente vinculou-se tão fortemente a universidade como a intenção de ruptura, uma vez que diante da repressão da Ditadura Militar em relação aos posicionamentos políticos e teóricos dessa vertente, a universidade “enquadrada e amordaçada [...] nunca foi um território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento” (p. 251).

Nesse movimento, a profissão entende-se enquanto classe trabalhadora, passando a identificar-se com seus interesses e lutas. Porém, não seria possível sem um debate e consciência política no corpo profissional como um todo, ou seja, extrapolando a universidade. Nesse processo, torna-se significativa a organização sindical do Serviço Social.

Em relação à organização trabalhista, o primeiro sindicato de assistentes sociais surge em 1958 no Rio Grande do Sul, outros sindicatos foram abertos, porém durante o período da ditadura militar muitos sindicatos, incluindo alguns de assistentes sociais, foram desativados. Assim, é no contexto do novo sindicalismo que foram sendo abertas novas entidades sindicais de assistentes sociais, o que traz a necessidade de uma articulação a nível nacional, esse fato se deu de forma rápida e dinâmica. Dessa forma, majoritariamente, as entidades sindicais de assistentes sociais estavam alinhadas aos setores de esquerda no movimento sindical e popular, inicialmente

te na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), de 1973 a 1979, e a partir de 1983 à Central Única dos Trabalhadores (CUT). (ABRAMIDES, CABRAL; 1995).

Segundo Abramides e Cabral (1995), nos anos de 1977 ocorreu o I Encontro Nacional das Entidades Sindicais<sup>6</sup> do Serviço Social, que contou com a presença de quatro entidades, tendo como principal objetivo iniciar uma articulação nacional e aponta para a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais. Três meses após sua realização, em 1978, ocorre o II Encontro com a participação de oito entidades sindicais, a seccional de Sergipe da Associação Brasileira de Assistentes Sociais<sup>7</sup> e a Associação Regional de Assistentes Sociais de Ribeirão Preto.

O I Encontro Nacional das Entidades Sindicais delibera sobre as bandeiras de luta nacionais específicas da categoria (o piso e equiparação salarial) e sobre a necessária articulação das entidades sindicais dos assistentes sociais com as lutas sindicais gerais, para isso decidiu pela “elaboração de um documento político sobre a instância ‘Unidade Sindical’ para servir de base para discussão nos estados; apoiou as oposições sindicais, que não são reconhecidas pelos reformistas e pelegos; participação no movimento sindical mais geral” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 124).

---

<sup>6</sup> Utiliza-se o termo “entidades sindicais”, pois como os servidores públicos eram legalmente proibidos de se organizarem sindicalmente, alguns estados possuíam sindicatos e outras associações profissionais.

<sup>7</sup> Associação Brasileira de Assistentes Sociais foi criada na década de 1940 com várias seccionais a fim de lutar pela legitimação da profissão, com o surgimento dos Conselhos Federal e Regionais, perde o significado organizativo e fecha, restando apenas a seccional de Sergipe, que passa a funcionar como associação profissional.

O terceiro encontro é realizado em 1979 e conta com a participação de 15 entidades sindicais e consegue em suas deliberações abordar um plano de lutas pelo salário mínimo profissional, com a “realização de uma pesquisa dinâmica não estruturada, em nível nacional, com discussões sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 127). E significa um grande avanço no movimento sindical no Serviço Social, pois durante o evento é fundada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

A CENEAS é composta “por uma entidade representando cada uma das regiões em que se dividiu o país e uma coordenação geral. [...] A coordenação geral da CENEAS eleita no III Encontro coube à Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128). E traz como uma de suas responsabilidades uma intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ao considerar que a “• a preparação do III CBAS exclui a consulta à categoria (local, temário e dinâmica); • convite a representantes oficiais do governo da ditadura militar para compor a comissão de honra, mesa de abertura e encerramento” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128-129).

A intervenção no III CBAS tem importância particular, pois consegue condensar a insatisfação de grande parcela da categoria profissional com o Conselho e a direção política hegemônica da categoria. Representantes de entidades sindicais sob direção da CENEAS conseguem organizar uma assembleia paralela à programação oficial, em que se discutiu o autoritarismo na organização e condução do evento, além da superficialidade na discussão de questões levantadas pela categoria e o apoio à Ditadura Militar. Nessa assem-

bleia, os assistentes sociais, organizados pela CENEAS, deliberam “por uma direção social ao projeto social comprometido com a classe trabalhadora decidiu, ainda, que a direção político-organizativa dos próximos congressos estaria sob a coordenação da CENEAS, por nela reconhecerem a direção política desse processo” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.60).

É importante ressaltar que III CBAS ocorre em um momento da conjuntura brasileira em que é “retomada as lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com um forte protagonismo da classe operária” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.56).

Conforme Abramides e Cabral (1995), o IV Encontro Nacional das Entidades Sindicais move-se em torno do balanço político da CENEAS e da preparação para realização do IV CBAS, que é organizado através de consulta a categoria dos assistentes sociais, traz em sua temática “Serviço Social na Realidade Brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria” (p.130).

Como o IV CBAS possuía um conteúdo de debate e deliberação sindical, para sua preparação foi realizado o V Encontro Nacional das Entidades Sindicais. Nesse encontro, é debatida a organização sindical da categoria e sua inserção no movimento sindical mais geral. Abramides e Cabral (1995) apontam ainda nesse período explicita suas diferenças, divididas principalmente entre o “Polo Combativo” e a Unidade Sindical. Tal divergência é evidente no V Encontro, mas a posição classista e combativa é majoritária na CENEAS.

Essa polarização se expressa no decorrer da discussão sobre a análise de conjuntura que evidência dois grandes blocos políticos. Um deles aponta a necessidade de uma aliança de todos os setores da sociedade para a conquista do espaço democrático. O outro aponta para a importância da luta e organização dos trabalhadores no campo de independência de classe. A segunda posição política é majoritária no interior da CENEAS, constituindo-se em norte político de orientação sindical nacional (p.131).

O Caráter sindical do IV CBAS ocasiona que neste seja deliberada a realização da primeira Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais. Esta ocorre em 1983, e dentre suas deliberações tem-se a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), esta tem a função de ser uma federação agregadora das entidades sindicais. O surgimento da ANAS e a conquista hegemônica da direção política dos CFESS e CRESS, a CENEAS cumpre sua função e encerra suas atividades. NA I-ANAS a categoria delibera ainda, sobre a luta pela conquista do piso salarial para assistentes sociais e inicia o debate sobre registrar legalmente a federação, bem como a relação com o polo cutista e o novo sindicalismo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Como afirmam Abramides e Cabral (1995), na realização da primeira assembleia sob organização da ANAS (1985), confirma-se o posicionamento da ANAS no alinhamento ao novo sindicalismo, inclusive delibera pela filiação a CUT (com aprovação de 86% da plenária) e que em sua diretoria não deve haver pessoas vinculadas a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Vale ressaltar que a CENEAS/ANAS participou ativamente de toda a construção do novo sindicalismo, como na organização e participação do 1<sup>a</sup> Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981, que decidiu sobre fundação da CUT. Vinculando-se e participando ativamente das lutas do polo cutista, com 28 entidades vinculadas a ANAS filiadas a

CUT, e a “CENEAS, ANAS e 90% das entidades sindicais de assistentes sociais a elas filiadas estiveram presentes no Congresso de Fundação da CUT e em todos os congressos da Central, até 1992” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 72).

A ANAS não é aceita legalmente como federação pelo Estado, por sua estrutura contrária ao sindicalismo burocrático, em destaque por aceitar a filiação de entidades pré-sindicais, como associações profissionais; e seu formato eleitoral ser por eleição direta a partir de 1987, entre outras questões. Apesar de não ser reconhecida legalmente, na segunda assembleia da ANAS, essa é definida como legítima federação e traça-se um sistema de financiamento através de contribuição dos sindicatos filiados.

Ressalta-se que tal decisão não ocorre sem polêmicas que explicitam as divergências internas supracitadas, a Diretoria do Sindicato<sup>1</sup> afirma que

[...] em São Paulo se fez a Federação, votamos, fizemos tudo, fizemos grande movimento, todos os estados participamos e foi certo e mandamos a documentação para o Ministério do Trabalho. Só que naquela época não existia, todo estado não tinha um sindicato, tinha associação [...] foi pro Ministério, fomos chamadas de novo toda a delegação que tinha ido pra outra reunião em São Paulo. Aí nós fomos, quando chegamos lá tinha uma carta do Ministério dizendo que todas as nossas associações tinham que se retirar, porque só era possível ficar sindicato, a legislação era bem clara que ficava sindicato. Então nenhuma assistente social que não era de sindicato poderia participar dessa federação, quem que era majoritariamente da direção que foi eleita? [...]. Majoritariamente a comissão, a diretoria da Federação, era exatamente aonde desses estados que não tinha sindicato e só associação e eles ficaram lá, mas que politicamente elas tinham uma grande ação uma grande manifestação a nível nacional, politicamente, entendeu? Quando eles disseram isso aí foi Abramides que fez a grande proposta, se não podemos ficar, porque ela era uma das primeiras que não podiam ficar na direção nós teríamos que reeleger. Foi a grande, o grande racha que deu, quando fizemos a votação, todos os

sindicatos foram favoráveis que mantivessem a federação e as associações que eram muito menos gente, menos estados, manteve que queria que não fosse mais a Federação, já que elas não poderiam participar, o que ocorreu enquanto que São Paulo tem 300 mil assistentes sociais e faz aquela formação de base, toda vida elas têm um número de delegados, acho que você já sabe disso, é muito mais que qualquer um, então na hora de votação só a delegação de São Paulo junto com elas, já que a de São Paulo não podia entrar, votaram que não houvesse mais Federação e que seria a ANAS, a ANAS é a nossa federação. Decisão não encaminharam mais nada pro Ministério e disseram que a ANAS é a nossa federação, o quê que ocorre? Quem tinha o dinheiro pra bancar a federação eram os sindicatos, associação não tinha estrutura, não tinha arrecadação dos filiados, não tinha nada. Então quem bancava toda a federação toda a coordenação eram os sindicatos, nós éramos filiados e pagávamos mensalidade, o que ocorreu a partir de então? Os sindicatos que eram a favor de criar mesmo a federação, mesmo com a recomendação que elas de imediato fizessem os sindicatos, tomassem as providências e encaminhamentos para os sindicatos e depois elas retornariam e ocupariam o local na direção, elas não aceitaram e saíram com aquele lema: A ANAS é a nossa federação. Foi aí o grande racha, foi aí que realmente houve[...]. (DIRETORIA SINDICATO1).

Em relação às lutas específicas da categoria, destacam-se a luta pelo Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos servidores públicos federais, pois a reforma do PCC dos servidores públicos federais, realizada em 1979, acabou por prejudicar alguns profissionais, entre eles os assistentes sociais, que ficavam impossibilitados de alcançar o topo da carreira. Esse processo é iniciado pela CENEAS e significa uma vitória para ANAS, que dá prosseguimento, em 1984, e a busca pela conquista do piso salarial profissional, como supracitado no início da organização sindical é solicitada e uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, em 1982<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para ver os dados da pesquisa consultar: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, M. do Socorro R. O novo sindicalismo e o Serviço social: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995. p.

essa pesquisa é finaliza e conclui que a “categoria dos assistentes sociais, portanto, majoritariamente é composta por mulheres, empregadas no serviço público, assalariadas, sendo que a maioria possui jornada de trabalho de 40 a 45 horas de trabalho e é mal remunerada” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.163). Podendo, através dos dados coletados, contribuir no debate do piso salarial, bem como orientar o processo de elaboração de um projeto de lei sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, principalmente sobre o piso salarial e por 30 horas de trabalho semanais. Em 1984, o projeto dá entrada no Congresso Nacional, a partir de então a ANAS e os sindicatos de assistentes sociais passam a mobilizar em torno dessa pauta – dez salários mínimos como piso e 30 horas de trabalho semanais –. Apesar das mobilizações e de negociações de propostas com a Câmara Federal, o projeto é vetado pelo então presidente, Sarney. Tal processo simboliza uma grande experiência de luta, politização e mobilização da categoria de assistentes sociais (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

A assembleia de 1987, também principia dentro da categoria profissional um debate sobre a forma de organização sindical dos trabalhadores no Brasil. Uma vez que, a CUT aprova nos seus fóruns, no ano de 1986, discutir a sindicalização não por categoria profissional (como assistentes sociais, médicos, enfermeiros, etc.), mas por ramo de atividade ou forma de contratação, por exemplo, todos os profissionais que atuam na área da saúde em determinado Estado, deveriam se sindicalizar em um único sindicato da saúde. Pois, poderiam de forma coletiva, encampar lutas por melhores condições de

trabalho, fortalecendo as reivindicações e o poder de negociação. A ANAS apresenta a proposta aos sindicatos que deveriam conversar com suas bases, para que se iniciasse uma transitoriedade entre a sindicalização por categoria e por ramo de atividade (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Nesse processo, segundo Abramides e Cabral (2009) algumas entidades sindicais passaram por um esvaziamento de suas diretorias e base; outras realizaram as assembleias e espaços de debates necessários com a categoria para o seu encerramento, visando à transitoriedade da sindicalização para o ramo de atividade. Tal situação volta a explicitar, portanto, as divergências internas na profissão, conforme Diretoria do SINDICATO1 explicitou em sua entrevista:

não nos sentíamos representados em outro sindicato, quem realmente nos representa é o sindicato dos assistentes sociais. Médicos não fechou, enfermeiro não fechou, dentista não fechou seus sindicatos, professor não fechou seus sindicatos por que os assistentes sociais tinham que fechar os seus? Pra ser representado por quem? Se eu estou no sindicato dos bancários eu não sou bancária, eu sou assistente social. Se eu estou lá no sindicato da previdência eu continuo sendo assistente social, não previdenciária. Então, eu acho que essa história por ramo de atividade que elas quiseram elencar teria que ter um sindicato maior, por exemplo, o sindicato da saúde, que interesses o sindicato da saúde, que peso nós íamos ter dentro do sindicatão desses. Então eu acho que o que mais nos motivou foi exatamente quem de fato nos representaria diante das questões dos interesses da própria categoria, a não ser o nosso sindicato (DIRETORIA SINDICATO1).

A fala citada explicita que as duas posturas: 1) fechar as entidades sindicais, e 2) mantê-las – se evidenciam como duas de direções políticas diferentes. A primeira trata-se da decisão “se organizarem nos sindicatos por ramo de produção, o que representa uma tentativa de evitar o excesso de fragmentação e de gerar o desenvol-

vimento/aprofundamento da identidade de classe” (RAMOS, 2005, p. 83). Deliberação gerada coletivamente nas instâncias de debate da categoria, em consonância com a estratégia do sindicalismo classista e combativo de superar o corporativismo do sindicalismo brasileiro – desde a CLT previa a organização por categoria profissional –, em um momento de ascensão organizativa, veja que se dá no mesmo CONCURTO (1986) que insere nas resoluções da CUT o anticapitalista e a construção do socialismo. Bem como, de combater a fragmentação da classe trabalhadora e avançar nas conquistas, dessa forma em consonância com o projeto ético e político profissional que estava em construção.

Há nas falas transcritas acima forte apelo para adequação à estrutura oficial – lembre-se que no momento de fundação da ANAS vigora o sindicalismo mais combativo a luta contra a estrutura oficial dos sindicatos, pela autonomia sindical, a decisão de torná-la federação mesmo contra a legislação se adequa ao seu tempo histórico –, quando questionada sobre as motivações para manter o SINDICATO<sup>9</sup> aberto é apresentada uma crítica à sindicalização por ramo, colocando que as questões específicas poderiam ser predicadas, reforçando a visão corporativista.

Era isso mesmo, todos os assistentes sociais diziam que não ia pra outro sindicato, as nossas assembleias todo mundo participava e todo mundo disse que não tinha sentido. Houve uma conversa preliminar, mandou que a gente conversasse com os outros profissionais de outros sindicatos. Menino, quando a gente falou na possibilidade, o pessoal disse isso é loucura, não quis nem conversa, então a decisão foi essa o nosso sindicato não fecha (DIRETORIA SINDICATO1).

---

<sup>9</sup> Como citado o SINDICATO1 trata-se de um dos sindicatos que manteve as atividades, contrariando a decisão coletiva.

Apesar da diretoria do SINDICATO1 afirmar que nas assembleias sua base não concordava com a filiação por ramo de atividade, quando indagados sobre a trajetória dos acontecimentos, dizem que a decisão de manter as atividades não foi tirada em assembleia. Alegam que convocavam assembleias para discutir, porém essas eram esvaziadas e não tinham quórum, compreenderam o esvaziamento como apoio para manter o sindicato. E complementam, que sua decisão foi legitimada por uma pesquisa realizada com os profissionais, foi compartilhado o resultado da pesquisa através de um relatório sobre a história do SINDICATO1 intitulado: “Análise da trajetória do Sindicato de Assistentes Sociais do Estado1”. Neste constava que o SINDICATO1 fez uma enquete, foram distribuídos 500 questionários e obtiveram as repostas de 151, e o resultado foi: continuar com sindicato específico por categorias: 62 – 41,05%; por ramo de atividade 32 – 23,85%; com ambas as formas 47 – 31,13%; sem respostas 6 – 3,97%.<sup>10</sup>

Chamava, chamava as assembleias, chamava uma primeira, segunda, terceira e ninguém vinha, ninguém. Fora a diretoria não tinha uma alma viva. Aí foi a nossa decisão, como eles estavam dizendo que era a gente que tava manipulando, num sei o que né. Aí qual foi a decisão da diretoria? [...] Foi fazer uma enquete com todos os assistentes sociais procurando saber se aceitava a opinião de fechar o sindicato. Eu quero ressaltar aqui, que quando ela fala que chamava assembleia pra gente discutir isso, o não comparecimento se dava como uma forma de protesto, não eu não quero fechar meu sindicato, porque eu vou pra essa assembleia. Então

---

<sup>10</sup> Nos arquivos que se teve acesso não foi encontrado nenhum documento oficial (como uma ata de reunião, sobre os resultados da pesquisa). Ressalta-se que o SINDICATO1 abriu seu acervo de documentos para a pesquisadora, porém eles não estavam organizados, o sindicato tinha passado por uma mudança de sede recentemente, os documentos estavam desorganizados, empoeirados, com cupim, era preciso um trabalho de ordenação que a pesquisadora não tinha condições para realizar.

não era assim, não era um esvaziamento pra não comparecer, era uma forma de dizer que nós não queríamos fechar nosso sindicato, então eu vou pra essa assembleia pra quê? Pra se tiver uma maioria lá, se tiver um número a mais, eu só um menos pra num ter que se alguém for, fizer que feche eu só um a menos que não tem esse comparecimento. E aí a gente teve como mensurar que isso era uma unanimidade que ninguém queria que fechasse, foi isso que eu senti [...] (DIRETORIA SINDICATO1).

A interpretação que o esvaziamento era um apoio para manter o sindicato, como podemos ver acima é subjetiva, a presença de uma oposição também comprova que a decisão contrariando a deliberação coletiva da ANAS tem divergências no interior dos profissionais no Estado. Além disso, a diretoria do SINDICATO1 aborda ainda que muitos sindicatos eram contra a filiação por ramo de atividade.

Porque na realidade muitos sindicatos no início não aceitaram fechar e o que foi que ocorreu? Aquelas pessoas que a turma convenceu que devia fechar, botou pra concorrer uma chapa nesses sindicatos e ganhou, com apoio do CRESS com dinheiro do CRESS e tudo mais, essa altura o CRESS já estava né. E foi o que ocorreu, elas fecharam as portas de uma irresponsabilidade imensa, não tem ata, os equipamentos dos sindicatos que é da categoria, que não é nosso, é da categoria, não sabe... Olhe Rio Grande do Norte tinha uma sede, deve ter uma sede, alguém deve ta usufruindo dessa sede, porque perder não poderia (DIRETORIA SINDICATO1).

Considerando a versão apresentada pela diretoria do SINDICATO1, o fato do grupo que defendia a filiação por ramo de atividade ter conquistado as diretorias dos sindicatos comprovaria que grupo defensor do fim da ANAS era hegemônico nas movimentações políticas da categoria. Também se explicita o relacionamento desses sindicatos com o Conjunto CFESS/CRESS, acusa-se os conselhos de financiarem chapas para eleição, isso é preciso ser tratado com cuidado, os Conselhos são autarquias governamentais, dessa forma sua contabilidade é apresentada e aprovada pelo Tribunal de Contas, possuindo limitações quanto a forma de fazer seus gastos.

Com isso, a ANAS, em sua assembleia realizada em 1989, acaba por debater a construção de uma “entidade única” que abarcasse a formação, a regulamentação e as lutas trabalhistas da profissão. Essa objetivava uma direção única “quebrar com a dicotomia e segmentação das entidades e avançar na consolidação de uma entidade livre, independente e democrática pela categoria, e que dê conta dos aspectos específicos da profissão, no campo da formação e do exercício profissional” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 186). As dificuldades do âmbito jurídico, para que a “entidade única” pudesse representar os assistentes sociais nas diversas instâncias, bem como de organização no âmbito das pautas e atuação, fez com que esse debate se encerre na categoria.

Além disso, com a Constituição Federal de 1988, passa a ser legal a organização sindical dos servidores públicos, fator que poderia facilitar e fortalecer a sindicalização por ramo de atividade. Uma vez que, como afirma Abramides (2014, p. 235) “se o trabalhador é coletivo, participe do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve desenvolver a partir da inserção das(os) trabalhadoras (es) na divisão sócio-técnica do trabalho”, já que é nessa esfera que se negociam as questões trabalhistas.

Nesse sentido, e com o processo de amadurecimento da categoria profissional dos (as) assistentes sociais em sua Assembleia Sindical da Associação Nacional dos Assistentes Sociais, realizada em 1992, decide-se coletivamente pela extinção da ANAS (ocorre em 1994) e os sindicatos de assistentes sociais deveriam realizar assembleias sobre o encerramento de suas atividades, bem como orientar sua base a sindicalização nos sindicatos por ramo de atividade. Assim, “por deliberação sindical

unânime da categoria que passou a se organizar nos ramos de atividade” (ABRAMIDES, 2014, p. 236). Porém, cinco sindicatos mantiveram suas atividades mesmo após tal deliberação: Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará, Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas e Sindicato dos Assistentes Sociais de Caxias do Sul, e em 1995, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro retoma suas atividades.

Outro fator de grande relevância para a extinção é o processo de esvaziamento expressivo quanto à participação dos assistentes sociais na ANAS e em seus sindicatos, aqui é preciso salientar o avanço neoliberal e os impactos para o trabalho e a organização dos trabalhadores. Além da questão jurídica, pois a ANAS não era reconhecida legalmente como federação, contribuindo também em uma crise financeira – o Estado não repassa para ANAS o imposto sindical e sua manutenção ocorre por repasse de contribuição de seus sindicatos, estes também, devido ao seu pouco tempo de existência, as discordâncias políticas, aos processos de formalização, etc. atrasavam ou mesmo tinham dificuldades de repassar tais contribuições –.

Com tal deliberação, o Conjunto do Conselho Federal e Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) passou a ter maior destaque na categoria, não apenas na regulação e fiscalização da profissional, mas principalmente, na mobilização e na organização política da categoria, atuando inclusive na defesa dos direitos trabalhistas dos assistentes sociais, articulando com demais profissionais e organizações da classe trabalhadora. Temos como exemplo, a luta e aprovação da lei que decreta a jornada de trabalho para o (a) assistente so-

cial de 30 horas semanais<sup>11</sup> e a continuidade da luta pelo piso salarial profissional, que apesar de ser uma pauta antiga e já ter tramitado no Congresso Federal algumas vezes, ainda não foi conquistado.

Dessa forma, a organização sindical dos assistentes sociais “se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é contínua e comprometida com o projeto sindical, em que sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.159).

O encerramento das atividades da ANAS em 1994, conjuntura em que o “novo sindicalismo” realiza mudança de suas concepções, o que não exclui a análise acima, mas evidencia a disputa de projetos não só no âmbito profissional, mas nas questões referentes à organização da classe trabalhadora. Assim a segunda decisão parece alinhar-se às posturas que progressivamente tornam-se majoritárias na CUT, do sindicalismo pragmático, de negociação, inserido na lógica de ganhos dentro da ordem e que relega as posturas anticapitalistas e não se alinha ao PEPSS hegemônico.

Segundo a diretoria do SINDICATO1, já em 1995 (ANAS encerra as atividades em 1994), durante o 8º CBAS – paralela à programação oficial –, os quatro sindicatos que mantiveram as atividades juntamente com as pessoas que estavam organizando a reabertura do Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, iniciaram a articulação para criar uma federação. Esta foi fundada em novembro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro durante a I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, chamada Federação Nacional

---

<sup>11</sup> Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 que acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm).

de Assistentes Sociais (Fenas). Dessa forma, ao contrário do que se buscava realizar em outras entidades nacionais do Serviço Social e em contramão do PEPSS, é criada sem um amplo debate na categoria profissional em uma plenária com cerca de quarenta militantes, ocasionando o questionamento sobre a legitimidade da Fenas (RAMOS, 2005).

## **Considerações Finais**

O advento do movimento sindical e estudantil está articulado com a ruptura do Serviço Social tradicional, durante esse processo de disputa de projetos, no bojo profissional, são notáveis a mudanças de posicionamento dos Conselhos e da ABESS. Pois, “espaços foram abertos pelas direções das entidades – assumidas por quadros jovens, inquietos intelectualmente e politicamente progressistas” (IAMAMOTO, 2012, p.232-233).

Assim, nesse movimento o Serviço Social brasileiro rompe com o conservadorismo e muda a direção política da profissão, construindo o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) que nessa dinâmica torna-se hegemônico. O PEPSS não concentra uma perspectiva apenas normativa e corporativa, antes traz como horizonte a aliança com um determinado projeto societário. Segundo Netto (2001), projetos societários são projetos coletivos que defendem um tipo de sociedade, elencam valores que buscam materializá-lo através de meios culturais e materiais. Na sociedade capitalista tais projetos estão vinculados à determinada classe social.

Os projetos societários direcionam os diversos projetos coletivos. Entre estes existem os projetos profissionais, como exemplo

temos o do Serviço Social, que são elaborados com a organização política do corpo profissional<sup>12</sup>, e se

apresentam como a auto-imagem de uma profissão elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outros profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2001, p. 4).

Com a supracitada aproximação aos movimentos sociais, às mobilizações e pautas da esquerda, a teoria marxista, a articulação sindical e das outras entidades da categoria, sua laicização, inserção nas universidades, etc. Vincula-se a uma perspectiva emancipatória, de superação do capitalismo, que se consolida na década de 1980 e amadurece teórica e politicamente na década de 1990, sendo uma expressão desse processo os códigos de ética de 1986 e 1993. Pois, a “formulação do Código de Ética Profissional de 1986 soma-se ao fortalecimento da *direção política* do projeto profissional, e a articulação política da ANAS, dos Sindicatos de Assistentes Sociais, da ABEPSS e de dirigentes de muitos CRAS” (ABRAMIDES, 2006, p. 42, grifos do autor).

A ANAS deixa um legado de uma entidade combativa, de lutas e que: rompeu com a estrutura oficial de federação prevista na CLT, tinha um mandato de dois anos, com eleições congressuais e diretas, com representantes da base e de diretoria, com critério de proporcionalidade numérica e política, com instâncias democráticas de deliberações. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 68-69).

---

<sup>12</sup> Referente aos profissionais atuantes, pesquisadores da área, docentes, estudantes.

O Conjunto do Conselho Federal e Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) passou a ter maior destaque na categoria, não apenas na regulação e fiscalização da profissional, mas principalmente na mobilização e organização política da categoria, atuando inclusive na defesa pelos direitos trabalhistas dos assistentes sociais, articulando com demais profissionais e organizações da classe trabalhadora. Temos como exemplo, a luta e aprovação da lei que decreta a jornada de trabalho para o (a) assistente social de 30 horas semanais<sup>13</sup>.

É necessário também contextualizar que o serviço social como profissão na atualidade também é impactado pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo. Uma vez que a questão social a base social e histórica de atuação do Serviço social enquanto profissão, que atua em suas refrações, enfrentadas “*pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações da classe trabalhadora no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais*”, o que requer decifrar suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são ‘matéria’ do trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2012, p. 183). As mudanças decorrentes do neoliberalismo no trato da questão social atingem diretamente o trabalho do Serviço social, principalmente através da contra-reforma das políticas públicas, explicitada na redução de verbas, focalização, transferência de serviços estatais para mercado e o terceiro setor, entre outros. Além disso, o serviço social enquanto profissão assalariada, que vende sua força de trabalho, também é afetado pelo desmonte dos direitos trabalhistas e ataques a organização da classe trabalhadora.

---

<sup>13</sup> Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 que acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm).

## Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, M. do Socorro R. **O novo sindicalismo e o Serviço social:** trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria? In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **Movimentos sociais e Serviço social:** uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Política Profissional do Serviço Social Brasileiro.** 2006. 401 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada.** Brasília: CFESS, 2009. p. 55-78.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, sindicato, saúde e serviço social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **O Averso do trabalho IV:** terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 225-244.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

IAMAMOTTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos sociais e Serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p. 85-101.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético Político do Serviço social. In: MOTA, A.E.; BRAVO, M.I.S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Serviço social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília: 2001.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A mediação da organização política na (re) com construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Tese de Doutorado. Recife, PE: 2005, p.16-113.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil**: dilemas e desafios contemporâneos. 2010. 178f. Mestrado em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010.